

# TRÂNSITO PARA A VIDA ADULTA DE JOVENS EM SITUAÇÃO DE RISCO: ESTRATÉGIAS SUSTENTÁVEIS E HUMANIZADORAS

Laurete Maria Ruaro, UNICENTRO, [lauretemaria@yahoo.com.br](mailto:lauretemaria@yahoo.com.br). Miguel Melendro, UNED/Madri, [mmelendro@edu.uned.es](mailto:mmelendro@edu.uned.es). Suzete Terezinha Orzechowski, UNICENTRO, [suziorze@hotmail.com](mailto:suziorze@hotmail.com)

## RESUMO

O processo de transição da juventude para a vida adulta é configurado a partir de inúmeros conflitos e inseguranças inerentes à ansiedade pela afirmação social, profissional e pessoal. Quando o jovem encontra apoio da família e da estrutura da qual pertence (escola, comunidade religiosa, grupo de amigos), esse processo pode se tornar mais tranquilo. Entretanto, quando observamos o mesmo processo em comunidades em que os jovens se encontram em situação de risco essa dinâmica exige um cuidado especial a fim de evitar condições maiores de exclusão social e até infrações contra o sistema. O presente estudo, ciente dessa condição de fragilidade do jovem em situação de risco considerando os desafios que a sociedade da informação apresenta, busca discutir propostas capazes de viabilizar e ofertar ações práticas e eficientes para formação humanizada desse público-alvo. A metodologia que se pensa para inserção do jovem em situação de risco ao mundo do trabalho e à inclusão global é a animação sociocultural – pautada em fundamentos interdisciplinares e na ciência da complexidade, aplicada na intervenção sociocultural.

**Palavras-chave:** Situação de Risco. Intervenção Sociocultural. Paradigma da complexidade.

## 1. INTRODUÇÃO

O movimento de transição para a vida adulta, no seio da sociedade modernizada, veio sendo comumente associado ao processo de escolarização. Desde a década de 1970 teóricos que analisam esse processo o associam a condições específicas como, por exemplo, a saída da escola; entrada no mercado de trabalho; casamento e/ou saída da família de origem.

Destacamos, entretanto, que na sociedade industrializada a permanência no processo de escolarização é um dos elementos que, podem ou não, desencadear os demais (como, por exemplo, a inserção no mercado de trabalho). Conforme Settersten Jr. (*et al*, 2005) a universalização da educação pública ajuda a consolidar essa condição. Presenciávamos um momento em que a trajetória escolar era dividida entre educação para crianças pequenas; educação fundamental e educação profissional – sem ainda haver uma preocupação maior com a formação ao longo da vida.

Observando esse contexto, a presente pesquisa se propôs a lançar um olhar sobre os processos de formação para inserção na vida adulta do sujeito que, por algum fator externo ou interno, foi excluído do processo regular de formação e que não teve as mesmas condições de ocupar um espaço no setor laboral: os jovens em situação de risco. Após conhecer essa condição, o desafio seria pensar em situações práticas para desenvolver programas e ações de educação ao longo da vida que auxiliassem essa parcela da população a lograr inclusão social.

As análises foram fundamentadas em dados estatísticos sobre os jovens no Brasil e na Espanha, uma vez que a pesquisa se deu entre colaboração de pesquisadores de universidades dos dois países. Num primeiro momento será discutida a condição de transição do jovem para a vida adulta, destacando a população em situação de risco. Após essas análises serão sinalizadas algumas propostas fundamentadas nos princípios interdisciplinares e pautados pelo paradigma da complexidade.

## **2. TRÂNSITO PARA A VIDA ADULTA**

Conforme mencionado anteriormente, a sociedade industrial costumava organizar o curso da vida basicamente em três etapas: infância e adolescência – fase em que escolarização, teoricamente daria conta; vida adulta – período de inserção no mercado e, por fim, a velhice que aparecia subordinada à aposentadoria. Nessa estrutura, a sociedade capitalista, subordina o sucesso de uma fase ao sucesso e investimento na fase anterior. Forjando, quase que inevitavelmente, o conceito de meritocracia e ampliando o abismo entre as classes econômicas.

Entretanto, com o advento da economia globalizada, essa organização linear sofre sensível ruptura, exigindo novos olhares sobre a organização do espaço e do tempo - que passa também a se constituir virtualmente. Nesse contexto, torna-se bastante difícil sinalizar, assim como na era industrial, um padrão para delimitar a entrada na vida adulta. Pois, o trabalho passa a fazer parte da vida dos aposentados, assim como no cotidiano do adolescente que cria blogs e produz comunicação. E, assim, como consequência, exige-se um processo de educação permanente, ao longo da vida – o que exclui esse divisor apontado anteriormente.

No Brasil há poucas pesquisas que se debruçam em traçar um panorama sobre a faixa etária exata ou as condições que determinam o trânsito para a vida adulta. Entretanto, conforme a Constituição Federal (BRASIL, 1988), a maioria se faz com 18 anos - idade penalmente imputável. Na Espanha há estudos mais significativos sobre

a temática, Muñoz em 2003, inclusive, alerta para o fato de que o limite do trânsito para a vida adulta vem se prolongando devido a um número variado de fatores – dentre eles a permanência do jovem com os pais; pós-graduações; opção pela vida de solteiro.

Essa mesma condição, de trânsito tardio, foi discutida na pesquisa de Nascimento (2004, p.25), quando o autor menciona que no Brasil

[...] pessoas com idades entre 18 e 24 anos, ainda trazem muitas características da juventude, estão na idade de frequentar universidade e estão iniciando o processo de transição para a vida adulta; pessoas com idades entre 25 e 39 anos, deveriam estar consolidando a transição para a vida adulta e que pessoas com idades entre 40 e 59 anos de idade, já deveriam ter consolidado sua transição.

Dessa forma, observa-se a diversidade etária no processo de transição. Esse fator corrobora, em maior escala, com a ideia de ofertar condições preparatórias para ingresso responsável e sustentável nessa nova fase. Além da faixa etária, outro fator que preocupa quando da organização das ações de formação e educação para a estabilidade na vida adulta, é a classe econômica e cultural do sujeito.

Nesse contexto, é interessante pensar que vivemos em um planeta que pode ser finito e que a educação precisa acontecer para todos os sujeitos, independente de sua origem – mas que as camadas marginalizadas exigem um olhar especial, principalmente quando pensamos em um mundo que se transforma e exige de todos e todas comportamentos comuns para a vida com segurança, conforto e mobilidade.

Há necessidade de construção de um mundo de direitos e deveres no qual precisamos ter valores humanos mais articulados e integrados para a manutenção da vida, uma vida em comunidade, vida comum, vida para os homens e todas as criaturas que habitam o planeta. E, por isso também somos afetados. Nesse contexto, a juventude torna-se vulnerável em um mundo que precisa ser cuidado. Significativamente, as pesquisas demonstram que as juventudes não estão totalmente conectadas com a necessidade de cuidar e se cuidar. Além de ter que pensar em sua transição para a fase adulta, teriam que ajudar no cuidado com a vida sustentável.

### **2.1. Jovens em situação de risco**

Quando discutimos a transição para a vida adulta, certamente, observamos que sinais de angústia e necessidade de cuidados com a formação continuada são inerentes a todos os jovens, independente dos níveis econômicos ou culturais. Entretanto, há necessidade de lançar um olhar mais cuidadoso sob os jovens marginalizados.

Observemos a tabela configurada por nós, a partir dos modelos elaborados por Pais (2004) e Reymond (2002, 2004) que representa os “jovens-adultos”:

**Tabela 1: Inserção no mercado em relação à condição econômica dos jovens**

<b>Jovens em situação de risco</b>	<b>Jovens melhor estruturados</b>
Com recursos limitados são obrigados a alternar empregos precários, desemprego e planos de formação de caráter compensatório.	Com importantes recursos que desfrutam de liberdade para eleger entre suas opções, segundo suas necessidades e preferências.
Gostariam de experimentar novas soluções combinando formação e emprego, mas os mesmos se vêm forçados a submeter seus desejos profissionais e formativos a umas trajetórias profissionais padronizadas e limitadas.	Podem viver uma prolongada dependência com a ajuda de seus pais, devido a uma possível insuficiente cobertura social em caso de desemprego.

Fonte: sistematização dos pesquisadores

Entre este conglomerado de situações, esta pluralidade de juventudes encontrou-se ao grupo de “jovens-adultos com recursos limitados e que estão obrigados a alternar empregos precários, desemprego e planos de formação de caráter compensatório”, tal como é definido por Machado Pais e Du Bois Reymond (1996 -1998). Para esses recursos limitados no acesso a um emprego estável e satisfatório, do tipo formativo e competente, se unem especiais dificuldades e problemas sociais herdados, em sua maior parte, de uma infância carente, disfuncional, vivida em contextos sociofamiliares pouco estimulantes.

Em casos mais graves, situações prolongadas de maltrato, de abuso e de abandono na infância e/ou na adolescência são configuradas uma etapa juvenil sem recursos pessoais, afetivos, relacional. O transito da vida adulta se converte assim em uma operação de risco, e o jovem ou a jovem que vai realizar esse transito são sem dúvida sujeitos especialmente “vulneráveis” tanto aos aspectos externos, laborais, econômicos, ou de relação com o estabelecimento de suas próprias redes de comunicação e apoio social como os seus próprios processos de construção da personalidade.

Vulneráveis duas vezes: pelo escasso recurso pessoal, e também pela ausência ou a presença limitada de um entorno social acolhedor, vincular, que ofereça os apoios necessários em caso de crise ou conflito. Jovens protegidos pelas instituições, apoiados

pelos recursos de atenção a infância e a adolescência, em alguns casos usuários abrigados em programas e centros de reinserção de menores infratores constituem o núcleo dessas “juventudes vulneráveis”.

## **2.2. A consciência planetária e o processo de humanização dos jovens**

Jovens que conhecem o mundo da marginalidade, da rua, que em ocasião flertam com as transições proibidas, o dinheiro fácil ou a violência gratuita. Em outras, as pessoas isoladas, perdidas, sem uma expectativa clara para o futuro nem um entorno de relações minimamente gratificante, com o peso de histórias pessoais pouco elaboradas e nada assumidas, em um especial mimetismo aos padrões sociais.

Especialmente quando há situações violentas e prejudiciais como situação de rua, quando a situação familiar explode e expulsa o adolescente de seu espaço, ou quando as rotas da imigração fazem os adolescentes e jovens chegar as instituições de proteção, aos serviços sociais e as instituições educativas que trabalham para protegê-los de uma precoce entrada no mundo adulto que, eles já conhecem e que de certa forma, sonham em alcançar. Tal juventude apresenta dificuldades para que a transição se dê mais satisfatória e tranquila.

No sentido de buscar a construção de uma situação planetária mais incluyente, - capaz de auxiliar tanto os jovens em condições mais favoráveis, como os sujeitos marginalizados, propõe-se estratégias mais sustentáveis.

E, ao se refletir sobre a sustentabilidade no mundo é significativa a ideia de que em um primeiro passo, nesse “fazer consciente” do mundo, deva-se aprofundar o conhecimento e a reflexão sobre as importantes transformações sociais que estão sendo produzidas na sociedade do século XXI, conjuntamente com o fenômeno da globalização.

O termo globalização é um termo inglês, sinônimo do que em francês denominam mundialização, e vem mostrar como a sociedade atual é cada vez mais a sociedade da interdependência, da proximidade cultural, da redução das barreiras geográficas e temporais. Como descreve Joaquin Estefania (2002), uma sociedade na qual “[...] nós nos parecemos mais e atuamos de modo crescente e semelhante [...]”, na qual se afiança a ideia de que vivemos em um mesmo mundo e cada vez mais reduzido. Provém dessa condição o conceito de 4º mundo.

Denomina-se “Quarto Mundo” ao mundo de subdesenvolvimento que subsiste no seio do chamado “mundo desenvolvido”; um espaço que se identifica com a exclusão social - que não é só pobreza - e que, em nosso tempo, reflete os efeitos da pior das

misérias: aquela que vive rodeada de desperdício. Ser um excluído, um marginalizado, implica que não se pode participar, não se pode ter acesso nas decisões sociais, políticas e econômicas da sociedade em que se vive. Que as decisões sobre uma parte importante de seu próprio futuro, as tomam outros.

Por essa situação que se faz tão importante e transcendental o protagonizar dos próprios jovens na hora de projetar e executar seu processo de trânsito para a vida adulta. Essa será a primeira e fundamental via para afastá-lo do universo da exclusão social. Portanto, há necessidade em se promover a juventude para que garanta seu processo de inserção social de forma mais adequada. A juventude é um momento de escolhas e de transição insegura.

Para o trabalho com os jovens, é importante que tenhamos a abertura para a articulação de aprender sempre. Tratar aos jovens de maneira agradável, cordial, forma parte do “saber estar” dos educadores. Mas também facilita aos jovens sentir-se perto deles, seguros e confiados ao comentar seus problemas e suas preocupações, ao lhes fazer partícipes de suas experiências, dos acontecimentos, positivos ou negativos, que formam parte de suas vidas. Essa relação de aproximação, por outro lado, não supõe que sempre há que manter uma atitude de amável condescendência com eles, ou expressar-lhes continuamente a aprovação pelo que faz e dizer “quão bons que são”.

É mais complexo, mas também consistente educativamente conseguir que o educador, em um clima de confiança, consiga falar com eles tanto do bom quanto do mal, das coisas que funcionam e das que têm que mudar. Fazer-lhes ver a situação real em que se encontram, os erros que cometem, as possibilidades que perdem, as oportunidades que vão encontrar pelo caminho e que, talvez, nunca voltem, as consequências que têm seus atos. Para que esse tipo de intervenção e consistência educativa centrado na proximidade funcione, deve-se “construir” também um entorno que não se encontre excessivamente normatizado, em que os próprios jovens decidam e escolham cumprir as normas básicas de convivência.

Caso contrário, poderia supor o desaparecimento desse clima positivo, dessa relação de confiança que tanto trabalho custa criar. Um clima excessivamente normatizado produz a rejeição. Nas intervenções educativas com jovens e adolescentes importa potencializar aqueles comportamentos e atitudes que trazem resultados mais atrativos e nos quais eles colaborem. A partir da disposição de escutar o jovem, o educador pode favorecer mudanças em suas atitudes. Também outros conceitos vão sendo chamados para que possamos integrar as equipes que trabalham com a juventude e o apoio

à sua transição para a vida adulta. Destes conceitos destacamos a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade.

### **3. INTERVENÇÃO SOCIOEDUCATIVA: INTERDISCIPLINARIDADE E HUMANIZAÇÃO**

Partindo da ideia de que os objetivos da intervenção socioeducativa com adolescentes e jovens em dificuldade social não podem limitar-se aos aspectos compensatórios paliativos, é importante e urgente se pensar estratégias de apoio ao processo de transição juvenil para vida adulta.

Como os demais jovens de nosso entorno, aqueles que se encontram em dificuldade para transitar socialmente com normalidade, que estão condenados a um futuro comprometido e com pouca esperança, tem o direito de receber uma educação, e nós temos o dever de oferecer os mesmos seguimentos e objetivos que recebe o restante da população. As abordagens sobre a realidade em que estamos imersos, e também sobre como nos posicionamos diante dela, devem estar presentes em nosso trabalho cotidiano com os jovens, junto a outros objetivos mais concretos dirigidos a superar as situações de dificuldade social.

De fato, em muitas ocasiões estão presentes, ainda que de forma implícita, a reflexão sobre nossa própria forma de atuar ou de enfrentar a realidade. Explicitar tal reflexão ampliará nosso espaço de intervenção: devemos reduzir nossa tarefa de um labor meramente compensatório, formal, que procura a integração dos sujeitos sem definir em que modelo de sociedade vai integrar-se. Pretender a transição normalizada de jovens para a vida adulta não pode significar fazer de forma acrítica, renunciando ao objetivo básico da educação emancipatória, na qual acreditamos. É importante promover em todos a consciência do mundo em que vivemos, de suas possibilidades e limitações, de capacitar para compreender a sociedade e para intervir nela, na medida das possibilidades de cada qual com o objetivo de melhorá-la. Vemos como pode ser essencial para os educadores abordar essa tarefa de conscientização precisamente com aqueles que necessitaram em um curto espaço de tempo, desenvolver uma vida independente em um entorno pouco favorável para ele.

Existem algumas linhas específicas para entender a condição de risco do jovem e traçar projetos:

- Caracterização do período sócio evolutivo da adolescência tardia e sua identificação- em parte- com o grupo de população atualmente denominado de “jovens- adultos”, e com o momento de trânsito para a vida adulta.
- Caracterização das “trajetórias falidas” a que são condenados os jovens mais vulneráveis, buscam sua descrição detalhada, e aborda a necessidade de reestruturar as políticas sociais de atenção a vida adulta.
- Coleta de informação sobre “boas práticas” na intervenção socioeducativa com jovens adultos em dificuldade social; experiências e propostas que respondem ao objetivo ultimo de lograr uma sociedade mais solidaria e sustentável.
- Investigação sobre as “taxas de retorno”, ou como a intervenção socioeducativa devolve à sociedade suas inversões em inclusão social.

Conhecer essas linhas é essencial para pensar um projeto sustentável e responsável de apoio aos jovens em idade para desenvolver independência financeira profissional e pessoal.

### **3.1. Intervenção Sociocultural e o pensamento complexo**

É importante ressaltar que, quando falamos em trabalho com jovens na transição para a vida adulta, fundamenta-se o trabalho a partir da metodologia da Animação Sociocultural - sob esse enfoque, busca-se uma abordagem interdisciplinar a partir do pensamento complexo. Para além de tratar da formação técnica, a Animação permite uma abrangência ainda mais complexa à formação desse sujeito.

Os princípios do pensamento complexo supõem, continuando com este processo de renovação epistemológica e metodológica, a introdução de uma perspectiva diferente na intervenção sócio educativa com população excluída. A partir dos aspectos que Edgar Morin considera no livro “Os sete saberes necessários para a educação do futuro”, abrem-se as portas a uma interpretação mais flexível da atividade sócio educativa, menos constrangido e acabado, mais também real e mais próximo das pessoas que se relacionam nas etapas da justiça e da solidariedade social e, contemplando desde o ângulo oposto, da desigualdade, a exclusão e a injustiça social.

As estratégias, para um programa complexo, atuam elaborando um guia ou plano de ação similar a uma programação, com diferenças importantes:

- Por um lado, para elaborar o plano de ação se examinam tanto as certezas como as incertezas da situação, as probabilidades e as “improbabilidades” de que aconteça aquilo que abordamos como necessário ou desejável. Com ele elaboramos, em função da



informação disponível, diversas “etapas do futuro”, espaços diferentes de intervenção e prognósticos diversificados –mais limitados -sobre os efeitos esperados da mesma.

• Por outra parte, o guia do plano de ação elaborado modifica-se em função da informação recolhida, da evolução do processo, ao azar, os contratempos ou as oportunidades no curso do processo de intervenção. Trata-se, portanto de um planejamento flexível, adaptável, que destaca em grande medida a agilidade, formação e experiência da equipe de profissionais que estão intervindo.

Em relação aos eixos temáticos, sugere-se integração entre eixos temáticos técnicos e temas mais amplos, conforme sugerido por Morin (2007) quando menciona os saberes para a educação do futuro. Abaixo, quadro que aponta as possibilidades interdisciplinares:

**Tabela 2 – Temas de ação para a sustentabilidade das Nações Unidas que devem ser integrados ao projeto de integração do jovem em situação de risco**

<b>Aspectos socioculturais</b>	<b>Aspectos socioeconômicos</b>	<b>Aspectos ecológicos</b>
Educação de qualidade Redução da pobreza Igualdade de gênero Promoção da saúde DST/AIDS Direitos Humanos Compreensão intercultural Diversidade cultural Conhecimento nativo	Consumo moderado Imprensa e técnicas de informação e comunicação Paz e segurança humana Desenvolvimento rural Responsabilidade corporativa Economia de mercado Urbanismo sustentável	Meio ambiente Mudanças climáticas Biodiversidade Redução de desastres Turismo Sustentável Água

Fonte: Melendro, 2009

Também é necessário que a organização permita, em sua forma de estruturar-se e estabelecer as relações entre seus componentes, em seu estilo de trabalho, flexibilização das respostas que pode oferecer diante das situações diversas, mudanças ou, simplesmente, inesperadas. Como descreve Morin (2004), trata-se de construir uma organização que “não seja concebida para obedecer a programação”; não se trata, portanto, de negar a necessidade da abordagem, se não de relativizar sua importância e de atribuir uma maior relevância ao critério de flexibilidade. Flexibilidade esta que implica a uma readaptação permanente- não somente em momentos de mudanças, de objetivos, de atuações e atitudes dos profissionais - flexibilidade que faz da organização uma estrutura viva, ativa, que auto se constrói e reconstrói em interação com o entorno no qual e para o qual existe. Em contraste com esta interpretação da estratégia em “singular”, tratamos de estratégias, no plural, quando nos referimos a atuações concretas,

as intervenções determinadas sobre casos concretos. Para definir estas estratégias temos que ter muito em conta o conceito de “ecologia da ação”, definido por Edgar Morin (2004):

Assim como um indivíduo compromete uma ação, seja qual for esta começa a escapar de suas intenções. A ação em questão entra em um universo de interações e finalmente é o entorno que se apodera dela em um ou outro sentido, podendo contrariar a intenção inicial. Muitas vezes a ação se volve como um bumerangue, obrigando-nos a seguir, para tentar corrigir (se tem tempo) e, em ocasiões, a destruir

Respeitar a liberdade de escolha e, como consequência, os processos que facilitam o acesso ao conhecimento e a informação necessária para poder tomar decisões pertinentes, se convertem em uma questão central do trabalho com os jovens. Portanto, são elementos que não podem ser desmerecidos: estratégias flexíveis; cultura do trabalho; conhecimento do entorno; o valor das relações; atuações com empresários e sociedade civil; itinerários de inserção; valores dos educadores: protagonismo juvenil.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Quando se aborda a transição do jovem a uma vida adulta, não nos referimos a qualquer tipo de situação adulta, mas aquela que se identifica precisamente com a autonomia e com a responsabilidade social. E isso faz com que nossa intervenção se carregue de sentido, adquirindo a força do valor que lhe confere os princípios éticos que o regem.

Impedir as situações de desigualdade e de dificuldade social em que se encontram dia a dia um grupo importante de adolescentes e jovens não só lhes ajudará a integrar-se e a voltar a “circular socialmente” com a normalidade (Núñez,1990), mais ademais evitará comprometer o crescimento equilibrado de outros jovens e adultos das gerações futuras que puderam atravessar situações similares. E uma tarefa sem dúvida de “presente, mas que tem de incorporar um claro componente preventivo, de futuro, em vistas a uma sociedade sustentável também desde parâmetros de justiça social. Quando falamos de sustentável estamos falando de um desenvolvimento social equilibrado, solidário inter e intrageracional e respeito com o meio.

Sem negar, pois seria demagógico, que os melhores preparados terão melhores oportunidades, trata-se de incitar as entidades empresariais na criação de espaços de oportunidades para todos, tanto os mais preparados como os demais. A situação em que

acham os “não selecionados” não pode ser somente competência das instâncias públicas de educação ou ajuda social. Deve ser um problema de todos, incluindo o mundo da empresa. A partir da intervenção social educativa, e mais concretamente partindo do trabalho que se realiza diretamente com as empresas, aborda-se coerentemente a necessidade de assumir os processos de responsabilidade social através de:

- reflexão e modificação dos prejuízos existentes às populações excluídas, como os jovens em dificuldade social, neste sentido a sensibilização social de empresários e trabalhadores;
- adequada apresentação de realidades que resultam pouco conhecidas ou inclusivas desconhecidas para muitas pessoas que não tem contato com a realidade da marginalização e da exclusão social;
- busca direta de colaboração e de compromisso social entre os diferentes setores que se movem no âmbito empresarial;
- clarificação dos benefícios que pode reportar para a empresa a incorporação laboral dos jovens em dificuldade social, e um processo de trabalho em linha da responsabilidade social.

## 5. REFERÊNCIAS

BAIZÁN MUÑOZ, Pau. **La difícil integración de los jóvenes en la edad adulta**. Madrid (Espanha): Fundación Alternativas, 2003. 44 p. (Documento de trabajo, n. 33).

MACHADO Pais, José y Pohl, Axel. “Los dilemas del reconocimiento del aprendizaje informal”, en **Revista de Estudios de Juventud**, 2004, nº 65, pp.83-98. Madrid: Instituto de la Juventud.

MELENDRO, M. **El tránsito a la vida adulta de los jóvenes en dificultad social**. Estrategias Flexibles de Intervención Socioeducativa. 2009, Madrid: UNED.

MORIN, E. **Introducción al pensamiento complejo**. 2005, Barcelona: Gedisa

\_\_\_\_\_. **Los siete saberes necesarios para la educación del futuro**. 2001, Barcelona: Paidós

NASCIMENTO, Arlindo Mello et al. **Filhos Adultos Que Residem Com Os Pais No Município Do Rio De Janeiro: Um Perfil Sócio-Demográfico À Luz Dos Resultados Do Censo 2000**. mar. 2004. 139 f. Monografia relativa ao final das disciplinas: Laboratório de Pesquisa I e II (Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais – ENCE/IBGE), Rio de Janeiro, RJ, 2004.

SETTERSTEN Jr., R.; FURSTENBERG, F.; RUMBAUT, R. G. **On the frontier of adulthood**: theory, research, and public policy. Chicago & London: The University of Chicago Press, 2005.